



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

MAURICÉIA DOS SANTOS CARVALHO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONDUTA ÉTICA DO SERVIDOR
PÚBLICO QUE ATUA NA GESTÃO EDUCACIONAL:
perspectiva do pensamento arendtiano**

**SUMÉ - PB
2016**

MAURICÉIA DOS SANTOS CARVALHO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONDUTA ÉTICA DO SERVIDOR
PÚBLICO QUE ATUA NA GESTÃO EDUCACIONAL:
perspectiva do pensamento arendtiano**

**Artigo apresentado ao Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública do Centro
de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para a obtenção do título de Tecnólogo
em Gestão Pública.**

Orientadora: Professora Mestra Sônia Maria Lira Ferreira

SUMÉ - PB

2016

C331c Carvalho, Mauricéia dos Santos
Considerações sobre a conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional: perspectiva do pensamento arendtiano. / Mauricéia dos Santos Carvalho. - Sumé: [s.n], 2016.
45p.

Orientadora: Professora Ma. Sônia Maria Lira Ferreira.
Monografia - Universidade Federal de Campina Grande;
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Gestão Pública. 2. Servidor Público. 3. Ética. 4. Gestão educacional. 5. Pensamento arendtiano. 6. Educação do Campo. I. Sônia Maria Lira Ferreira. II. Título

CDU 35.08:37(043.1)

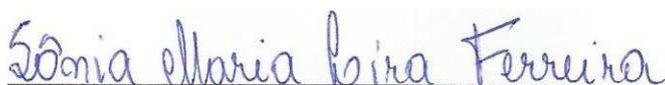
MAURICÉIA DOS SANTOS CARVALHO

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONDUTA ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO
QUE ATUA NA GESTÃO EDUCACIONAL: perspectiva do pensamento
arendtiano

Artigo apresentado ao Curso Superior de
Tecnologia da Gestão Pública do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para obtenção
do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Trabalho aprovado em 01 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA:



Professora Ms. Sônia Maria Lira Ferreira.
Orientadora - UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Dr. Luiz Antônio Coelho da Silva.
Examinador I - UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva.
Examinador II - UAEDUC/CDSA/UFCG

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional na perspectiva do pensamento arendtiano. Possui como problemática a seguinte questão: como se pode analisar criticamente o procedimento e as consequências da conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional sob a perspectiva do pensamento arendtiano? O objetivo investigativo da pesquisa na sua dimensão geral foi avaliar de forma crítica a conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional sob a perspectiva política do pensamento arendtiano a fim de identificar se os interesses privados se sobrepõem ou não aos interesses coletivos implicados numa gestão centralizada não participativa e, para desenvolver este objetivo, tornou-se necessário desenvolver os seguintes objetivos específicos: buscou caracterizar o perfil ético do servidor público com a função exercida a partir do código de ética e das categorias arendtianas; identificar a variável liberdade como direcionadora das ações éticas no exercício profissional no âmbito da gestão educacional; examinar se existia ou não uma predominância do interesse do servidor público no exercício da sua função pela dimensão privada em detrimento da dimensão pública a luz do pensamento filosófico de Hannah Arendt mediante a averiguação do uso ou não da fala no espaço público na efetivação de suas ações cotidianas. Com relação aos procedimentos metodológicos esta pesquisa se caracteriza de natureza bibliográfica e de estudo de campo. No tocante a abordagem do problema se classifica como quali-quantitativa. Os resultados revelaram que os servidores públicos atuantes na gestão educacional não se limitam as funções profissionais, mas, entendem que é parte integrante da coletividade, priorizam no exercício profissional atender aos interesses coletivos, participam do processo decisório e priorizam por descentralizar as decisões e promovem a participação dos diferentes atores envolvidos, apesar de, em alguns momentos, a decisão final ser tomada pelo secretário e sua equipe. Constatou-se que a liberdade apresentou-se de maneira significativa tanto para a liberdade positiva, quando para a liberdade negativa. Verificou-se que o nível e área de formação dos servidores são compatíveis com as funções exercidas, bem como a responsabilidade ética sobre o seu papel quanto agente público e fomentador do interesse social. Por fim, constatou-se que os servidores priorizam a dimensão pública e os interesses coletivos no exercício de suas funções.

Palavras chave: Conduta Ética. Servidor Público. Gestão Educacional.

ABSTRACT

This research was about on the ethical conduct from the public servant that acts in the education management in perspective of the arendtiano thinking. Has as problematic the following question: how can be we critically analyze the procedure and the consequences of the ethical conduct of the public servant that operates in education management under perspective of the arendtiano thinking? The objective of the investigative research in general dimension was to critically evaluate the ethical conduct of the public servant that operates in educational management under the political perspective thinking arendtiano in order to identify if the private interests overlapping or not for the collective interests involving in a central management non participatory and for developing this objective, it become necessary to developing the following specific objectives: looked for characterize the profile of ethical public servant with the function exercised from the code of ethics and of the categories arendtianas; to identify the variable freedom as considers of the actions ethical in professional practice in the context of educational management; examine if there existed or not a predominance of the interest of the public servant in the exercise of that function by the private dimension in detriment of the public dimension in the light of the philosophical thinking of Hannah Arendt by checking the use or non - use of speech in public space on the effectiveness of everyday actions. In relation of methodological procedures this research was characterized by the bibliographical and field study nature. With regard to the approach of the problem, this research was characterized as quali-quantitative. The results revealed that the public servants involved in the educational management were not limited in their professional duties, but understand that it was an integral part of the collectivity, prioritized in the exercise of professional meeting collective interests, participated in the decision making process and prioritized by decentralizing decisions and promoting the participation of the different actors involved, although, in some moments, the final decision to be taken by the secretary and his team.

Keywords: Ethical Conduct. Public Servant. Educational Management.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propôs a analisar a conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional alicerçada nas reflexões filosóficas do pensamento de Hannah Arendt. Marques (2009) diz que a conduta ética do agente público deve ser pautada na ética, uma vez que assumiu a responsabilidade de exercer o interesse público, ou seja, o interesse coletivo em detrimento dos interesses particulares.

O interesse coletivo deve ser garantido no espaço público onde as ações possam ser legitimadas, através da participação da sociedade na apropriação e atuação empoderada no espaço público por todos os atores envolvidos.

Abrahão (2008, p. 23) diz que “[...] muitos estudiosos têm classificado os espaços públicos como espaço de manifestações da esfera pública, da vida pública, da realização da cidadania, atribuindo à materialidade daqueles espaços uma realização sociopolítica”. Neste sentido, a gestão educacional deve fazer uso da legitimação coletiva nas decisões tomadas que devem visar o interesse público.

É embasado neste contexto e entendendo a necessidade de contribuir com maior clareza por parte do assunto que surgiu a seguinte questão da pesquisa: como se pode analisar criticamente o procedimento e as consequências da conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional sob a perspectiva do pensamento arendtiano?

O objetivo geral delineado para desenvolver a pesquisa consistiu na avaliação crítica da conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional sob a perspectiva política do pensamento arendtiano com a finalidade de identificar se os interesses privados se sobrepõem aos interesses coletivos implicando numa gestão centralizada não participativa. E os objetivos específicos que possibilitaram o desenvolvimento e execução do objetivo geral foram os seguintes: caracterizar o perfil ético do servidor público com a função exercida a partir do código de ética e das categorias arendtianas; identificar a variável liberdade como direcionadora das ações éticas no exercício profissional no âmbito da gestão educacional; examinar se existe uma predominância do interesse do servidor público no exercício da sua função pela dimensão privada em detrimento da dimensão pública na perspectiva arendtiana mediante a averiguação do uso ou não da fala no espaço público na efetivação de suas ações cotidianas.

Com relação aos procedimentos metodológicos este estudo é caracterizado quanto ao tipo como bibliográfico, descritivo e de campo. Os métodos utilizados foram: o método de

abordagem mais precisamente o comparativo e o método de procedimento foi o dedutivo. No tocante a abordagem do problema, esta pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa. Dentre as técnicas utilizadas foram as seguintes: levantamento bibliográfico para o aprofundamento conceitual que alicerçou a reflexão crítica do problema levantado; como também, foram coletadas informações relevantes no campo investigado mediante um estudo de campo para verificação e aprofundamento da realidade estudada, aliado a coleta de dados na qual se aplicou o questionário simples.

A delimitação da pesquisa deu-se mediante a amostra (vinte e um servidores, sendo 22 envolvidos diretamente na gestão educacional, conforme dados coletados junto a Secretaria de Educação do município estudado) escolhida para ser analisada que foi o corpo dos os servidores públicos atuantes na gestão educacional do Município de Sumé-Pb, e não, a totalidade de todos os servidores envolvidos na administração pública deste Município. Teve como foco investigativo o aspecto da conduta ética destes servidores sob a perspectiva do pensamento filosófico arendtiano.

Esta pesquisa se fundamenta no pressuposto de que o uso da conduta ética é indispensável na vida em coletividade, bem como, nas atividades que visem o interesse público. Para tanto, é de fundamental importância conhecer de que maneira ocorre o procedimento da conduta ética e os posicionamentos éticos dos servidores que atuam na gestão educacional no exercício de suas funções.

Esse tema é de fundamental importância, visto que o país passa por uma crise ética e política desenhada nos quadros das instituições públicas e, por essas razões, a pesquisa que foi proposta e executada se propôs a conhecer e avaliar como se efetiva de fato a conduta ética dos Servidores Públicos Educacionais do Município de Sumé-Pb, mais precisamente, da Secretaria Municipal de Educação, com o intuito de investigar se os interesses particulares desses servidores se coadunam com os interesses públicos.

No processo da pesquisa se tornou relevante para resolução do problema a verificação do uso da fala correlacionada ao interesse pela dimensão pública em detrimento do interesse privado nas decisões coletivas, o que é justamente o que possibilita a legitimação das ações dos gestores, bem como, a ausência desta, que torna os controles sociais frágeis e com sérios danos a qualidade dos bens e serviços postos a disposição da sociedade.

Diante do exposto esta pesquisa possibilitou trazer benefícios de cunho científico e prático para o meio acadêmico, profissional, gerencial para a administração pública e social, uma vez que, foi possível conhecer a percepção dos servidores educacionais sobre a realidade

estudada, bem como, foi possível efetuar as contribuições de melhoria para os desvios de conduta ética identificados no processo de investigativo e de tabulação de dados.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA FILOSOFIA POLÍTICA E DA GESTÃO PÚBLICA: REFLEXÕES E CRÍTICAS SOBRE A CONDUTA ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO EDUCACIONAL

Nesta seção do artigo científico serão abordados os principais conceitos sobre o tema do artigo: administração pública, servidor público, ética, ética do servidor público, gestão escolar, condição humana, dimensão pública e privada, liberdade. Para cada tópico abordado, serão apresentadas referências que objetivam situar o leitor sobre a contextualização, efetivação e resultados da pesquisa.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIDOR PÚBLICO

A administração pública é o espaço onde, bens e serviços são postos a disposição da sociedade de forma eficiente, eficaz e obedecendo aos preceitos normativos norteadores da administração pública, a fim de atender as demandas e conflitos sociais. Para tanto, se faz necessário à articulação entre gestores, servidores públicos e sociedade.

A administração pública pode ser entendida como sendo o ramo da administração aplicada às administrações direta e indireta das três esferas do governo, ou seja, na esfera federal, Estadual e Municipal. Estas esferas correspondem às atividades desenvolvidas pelos entes públicos, dentro dos limites legais, com o fim de prestar serviços ao Estado e a Sociedade, que devem ter como foco dos desenvolvimentos de suas atividades e fim, o bem coletivo (PALUDO, 2010).

Surge à figura do gestor que é a pessoa que está à frente da administração pública mediante a escolha, no decorrer do processo eletivo, da sociedade por um período de quatro anos, podendo ser reeleito, caso não haja impedimentos legais, ou se assim, o desejar, conforme Constituição Federal de 1988, em seu art. 14. Pessoa esta que tem como função

essencial administrar os recursos públicos com base na legalidade constitucional e caso se desvie deste preceito, poderá responder na esfera civil e criminal.

Paludo (2010) diz que o agente público atua nas organizações públicas e exerce as funções de planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar. Percebe-se que o agente público precisa, no desempenho de suas funções, participar das etapas inerentes a eficiência e eficácia da execução das ações públicas que estão voltadas para a geração de bens e serviços para todos os membros que fazem parte da sociedade.

No tocante ao gestor público Stepanski e Costa (2012) mencionam que este tem o patrimônio público sob sua responsabilidade, para zelar e prestar contas à sociedade, bem como sua gestão deve direcionar para o controle de todas as operações cotidianas.

No gerenciamento dos recursos públicos e na promoção de bens e serviços que são postos a disposição da sociedade os gestores atuam aliados aos servidores públicos.

Castro e Dzierwa (2013) afirmam que o servidor público é antes de tudo um agente do interesse social e um ponto de ligação entre o Estado e Sociedade Civil. Sua atitude para com a população depende da boa prestação do serviço público, do atendimento aos anseios da comunidade e do alcance dos objetivos da organização pública.

Pode-se afirmar que o servidor público é o intermediador entre Estado e sociedade, uma vez que, busca atender aos anseios da sociedade através dos serviços prestados em consonância com os objetivos que se propõe a administração pública, que é a prestação de bens e serviços à população.

Para Villela (2010) empregado público é o servidor da Administração Pública direta e indireta, investido em emprego público após aprovado em concurso público e submetido ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. O autor ainda faz menção às exceções as regras de concurso público dentre as quais podemos mencionar: Cargos em comissão – previsão legal com livre nomeação e exoneração, ou seja, nomeado e demitido livremente pelo gestor (regulamentado através do dispositivo legal da CF 88 em seu art. 37, inciso II) e destinados apenas a cargos de chefia, direção e assessoramento (regulamentado através do dispositivo legal da Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, inciso V); função de confiança – funções inerentes aos servidores ocupantes de cargo público efetivo, onde cuja investidura já depende de previa aprovação em concurso público, também regulamentado pelo inciso V, do art. 37 da CF/88; e contratação por prazo determinado – contratos temporários que visam atender as necessidades temporárias e excepcionais da administração pública regulamentado pelo inciso IX, do art. 37 da CF 88.

Diante do exposto, é pertinente dizer que em regra geral o servidor público é aquele que ingressa na administração direta e indireta por meio do concurso público, obedecendo às etapas deste até a investidura (concurso, aprovação, nomeação e posse), podendo ainda ocorrer à investidura para os cargos de confiança, que dar-se-á por nomeação de gestores, que possuem livre autonomia para nomear ou exonerar, bem como a investidura através de contrato que deve ser caracterizado por necessidade da administração. Para ambos os casos mencionados se faz necessário à observância aos preceitos legais, caso contrário, os gestores poderão responder por improbidade administrativa.

Freire e Motta (2006) classificam os servidores públicos em servidores estatutários, sendo aqueles sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargo público; empregados públicos são aqueles contratados sob regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público; e servidores temporários que são aqueles contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Os servidores públicos são sujeitos que ocupam cargo público para atender o interesse coletivo. Este atendimento precisa estar pautado em preceitos éticos que promovam a ética no espaço das entidades e/ou organizações na qual estão inseridos. Na próxima seção será então tratado o tema da ética nas organizações com o objetivo de adentrar na temática das posturas éticas dos servidores públicos.

2.2 ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

A ética nas organizações ou mais precisamente na administração pública deve ser utilizada como parâmetro de conduta e prática a fim de evitar que os interesses individuais ou adversos à administração pública afetem diretamente os resultados almejados por este espaço.

Castro e Dzierwa (2013) dizem que as organizações públicas agem visando atender as necessidades da sociedade, e seus objetivos estão voltados para a coletividade e não para os interesses de seus agentes que a integram, em outras palavras, as organizações públicas devem agir eticamente, visando sempre o interesse comum.

Marchionni (2010, p.29) diz que “ética, do grego *éthos*, significa costume, hábito adquirido com esforço e repetição [...], um modo de habitar neste mundo”. Dessa forma, a ética é algo que precisa ser praticado com esforço, deve ser um hábito e costume para que

então assim, contribua para a conduta em que se adota para habitar neste mundo. Esta precisa estar impregnada na vida em sociedade e nos diferentes tipos de organizações.

Passos (2004, p.66) diz que “[...] ética nas organizações significa forma de ser e modo de agir, não de maneira mecânica”. É notório que neste contexto, que a ética nas organizações é o modo de ser e de agir reflexivo dos seres humanos na sua dimensão intersubjetiva, ou seja, é o modo em que as ações intersubjetivas são conduzidas pela reflexão crítica e não como algo executado de maneira mecânica, sem autonomia, sem consciência de suas escolhas e suas consequências no contexto social.

Ainda, segundo Passos (2004) a ética servirá para regular as relações intersubjetivas estabelecendo limites e parâmetros a serem seguidos por todos os envolvidos no contexto social. Entretanto, é relevante salientar que não se pode reduzir a ética a proibições, censuras, obediência à lei e sim se pode pensar que a vivência da ética no contexto social proporciona condições de escolha, através da formação e informação de valores que dignifiquem as relações humanas nos seus diversos campos de atuação. A ética deve ser vista sob esta perspectiva é não apenas como reguladora, mas, através da informação e formação de valores que possibilitam nas relações intersubjetivas as condições de escolhas e que estejam pautadas em princípios éticos.

Neste sentido, Marques (2009) diz que a conduta ética não deve ser utilizada como pesadas e cansativas punições, mas, deve ser apreendida como uma filosofia que busca a dignidade humana em todos os âmbitos de atuação dos seres humanos. O autor ainda diz que nenhuma sociedade pode sobreviver com ausência de normas de conduta, fazendo-se necessário o uso mínimo de ética, caso contrário, acarretará na degradação do viver em sociedade, ou seja, se faz necessário o uso de parâmetros éticos a serem seguidos na vida em coletividade, a fim de evitar descontrol e destruição desta sociedade.

Cortina e Martínez (2005) dizem que a ética não pode se portar de maneira “neutra” frente aos diferentes códigos morais que existiram ou possam existir, ou seja, a ética não se porta de maneira estática, mas sim dinâmica, uma vez que deve existir reflexão crítica de forma ininterrupta sobre o que é considerado “incorreto”, “correto”, “humano”, “desumano” e “recomendável” no ato de escolhas dos seres humanos nos diversos contextos sociais em que se encontram inseridos.

Em concordância Thums (2003, p.343) diz que “ética é a reflexão pelos motivos pelos quais consideramos válidos aqueles comportamentos e sua correspondente comparação com morais de outras pessoas”, ou seja, a ética requer reflexão pelas decisões tomadas ou não, uma vez que possibilita um parâmetro a ser observado na conduta profissional do servidor público.

Diante dos conceitos apresentado e entendendo a importância da conduta ética no exercício profissional do servidor público, se faz necessário tecer algumas reflexões sobre seu papel e sua postura enquanto agente fomentador e articulador, entre Estado e sociedade.

2.3 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E A CONDUTA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO

O servidor público no exercício de suas funções precisa fazer uso dos princípios éticos em sua conduta profissional, para tanto, o seu guia norteador será o código de ética que estabelecerá os princípios morais e regras a serem observadas.

Neste sentido, Cortina e Martínez (2005, p. 20) dizem que:

Os termos “moral” e “ética” apareçam como intercambiáveis em muitos contextos cotidianos: fala-se, por exemplo, de uma “atitude ética” para designar uma atitude “moralmente correta” segundo determinado código moral; ou diz-se que um comportamento “foi pouco ético” para significar que não se ajustou aos padrões habituais da moral vigente. [...] mas convém ter consciência de que esse uso denota, na maioria dos contextos, o que aqui denominamos “a moral”, ou seja, a referência a algum código moral concreto.

Constatamos que a ética e moral estão intimamente interligadas e associadas a algum código norteador do comportamento humano.

Castro e Dzierwam (2013) afirmam que o código de ética do servidor público pode ser formulado por instituições públicas ou unidades da federação, podendo ser escrito e publicado por qualquer esfera, a fim de nortear o comportamento do servidor público.

Passos (2004, p. 157) diz que “[...] o código de ética é importante, na medida em que servirá como norteador para as pessoas, mas se não houver por parte delas a convicção de que devem agir eticamente, o código será letra morta”, dessa forma, o código não é um fim em si mesmo, se faz necessário que existam pessoas decididas a exercerem a ética e a cumprirem o que estiver contido neste mecanismo de regulamentação.

Souza (2012) diz que os padrões éticos dos servidores públicos advêm de seu caráter público, bem como de sua relação com o público, estes devem estar pautados nos princípios constitucionais para o exercício da função de servidor público. A autora ainda enfatiza que a falta de atuação ética na administração pública se reproduz devido ao comportamento de alguns servidores, que não se baseiam nos princípios éticos, não possuem preparo e/ou por falha nos mecanismos de controle.

Neste sentido, se pode dizer que os padrões éticos dos servidores se sustentam no seu caráter público e nos princípios constitucionais que visam nortear a conduta ética no exercício de suas funções. Funções estas que devem ser exercidas visando o interesse coletivo e promovendo a fomentação do empoderamento de todos os atores envolvidos direta e indiretamente no processo de tomada de decisão. Neste interim, se faz necessário analisar sobre como se caracteriza o processo de gerenciamento da gestão pública escolar.

2.4 GERENCIAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR

A gestão pública deve observar em sua atuação todos os dispositivos e mecanismos legais, a fim de se obter uma orientação, evitando os desvios de finalidade. Vale frisar que para o bom gerenciamento é indispensável obedecer ao princípio que versa sobre a supremacia do interesse público em detrimento do interesse privado, bem como pela democratização do gerenciamento participativo dos serviços e bens que são postos a disposição da sociedade.

Neste sentido, Santos et al. (2014, p.17) dizem que “a gestão escolar atua no sistema escolar (rede de estabelecimentos, conjunto de escolas coordenadas entre si) e na unidade escolar (atua em cada escola inserida em uma comunidade)”. Sendo assim, a gestão envolve todas as unidades gerenciadas que fazem parte da rede de estabelecimentos.

O gerenciamento democrático em educação é definido sob a perspectiva de Hora (1994, p. 49) como aquele que “[...] está intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos”. Nesse sentido, o gerenciamento deve estar atrelado aos compromissos sociais, políticos e de interesses coletivos para que assim, as demandas e realidades possam ser captadas e gerenciadas com a participação dos diferentes atores.

Amaral (2011) ao afirmar que a gestão democrática da educação propõe a adoção de mecanismos de descentralização no aspecto administrativo, financeiro e pedagógico. Nota-se que o gerenciamento da gestão democrática não envolve apenas descentralização de decisões ou funções vai mais além e, alcança os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, uma vez que, é possível fazer a alocação de recursos de maneira mais eficiente e pontual, é possível adotar práticas pedagógicas e decisões administrativas que reflitam á realidade.

Lück (2006) define alguns princípios orientadores para a prática da autonomia na gestão escolar, dentre os quais podemos mencionar: comprometimento – sentir-se responsável pela educação como um todo e com seus resultados; competência - busca continua pelo aprimoramento profissional; liderança – estilo de atuação com promoção do bem estar geral; mobilização coletiva – processos de transformação mediante ação compartilhada e coletiva; transparência – abertura e divulgação das ações; visão estratégica – visão do futuro e da realidade, visando o desenvolvimento; visão proativa – capacidade de enfrentar desafio, assumir responsabilidades e enfrentá-las; iniciativa – capacidade de tomar iniciativa frente às dificuldades; e criatividade – olhar para o novo e para as alternativas. Entende-se que todos os princípios mencionados visam à articulação coletiva e participativa dos diferentes atores no processo da gestão escolar.

Santos et al. (2014) dizem que a gestão escolar deve levar em consideração alguns elementos, como: planejamento - juntam-se informações como porto de partida; organização – estruturação das unidades operacionais; assistência a execução – acompanha, monitora, fiscaliza e coordena a execução do que foi planejado; avaliação de resultados – verificação dos objetivos alcançados nos seus aspectos quantitativos e qualitativos; e relatório-documento contendo as ações planejadas, executadas e/ou alteradas com seus respectivos resultados.

Assim, de fato, se constata que a gestão democrática deve estar pautada em ações que visem o interesse coletivo e que promovam a descentralização de decisões, ou seja, os diferentes atores devem participar do processo de gerenciamento aliado as ferramentas de planejamento e controle, a fim de acompanhar as ações que foram implementadas no âmbito coletivo.

A seguir serão apresentados e analisados os conceitos filosóficos de Hannah Arendt na sua obra *A condição humana* (1997), na qual defende a legitimação das decisões tomadas no espaço público pela coletividade, mediante o uso da fala, e o empoderamento do espaço público que só é vivenciado na coletividade com o envolvimento do maior número de pessoas, que precisam ser vistas e ouvidas, sem interferência do uso da liberdade. A predominância do interesse pela dimensão pública deve se sobrepor aos interesses pela dimensão privada, podendo ser abdicada, ou seja, o cidadão tem a liberdade de decidir se deseja participar do espaço público, acarretando conseqüentemente em uma servidão voluntária. Igualmente, as ações e decisões que envolvem a gestão pública devem envolver os diferentes atores a fim de conhecer as demandas de cada realidade, bem como legitimá-las. É no exercício de suas funções e de ligação entre sociedade e Estado que o servidor público

decidirá se irá prevalecer nas suas condutas diárias o interesse pela dimensão pública em detrimento da dimensão privada, bem como o que determinará sua conduta ética, como parte integrante do espaço público, se serão seus preceitos éticos e morais enquanto agente representativo do espaço público.

3 REFLEXÃO SOBRE OS CONCEITOS FILOSÓFICOS DE HANNAH ARENDT E A SUA INFLUÊNCIA NA ANÁLISE DA CONDUTA ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO

O pensamento de Hannah Arendt possibilita uma reflexão crítica sobre a conduta ética e profissional do servidor público, uma vez que, este profissional, deve agir pautado em preceitos éticos e morais norteadores da administração pública e pelo bem público, bem como o seu agir, determinará o rumo, os impactos e resultados dos serviços postos à disposição da sociedade.

O pensamento da filósofa Hannah Arendt possui forte correlação com a gestão pública e com a conduta ética do servidor público, na medida em, os conceitos defendidos na sua obra **A “Condição Humana”** trazem as condições teóricas que possibilitam problematizar sobre as seguintes problematizações: a importância da ação política (participação dos diferentes atores) no espaço coletivo com o envolvimento do maior número de pessoas; como também, possibilita tratar acerca da dimensão privada (labor e trabalho que é inerente a todos, mas que não deve se sobrepor ao interesse pela dimensão pública) e, por último, discute a dimensão pública que é a ação política propriamente dita, na qual o bem comum é o foco de todas as ações intersubjetivas no contexto do espaço público. Nessa perspectiva, a filosofia arendtiana, leva a refletir com profundidade em que dimensão está alicerçada a livre decisão de conduta ética por parte do servidor atuante no serviço público, com o recorte dado na pesquisa, irá prevalecer no exercício de suas funções: a pública ou a privada. Ainda, o pensamento filosófico de Arendt encaminha no decorrer da pesquisa a reflexão sobre a compreensão do que é a liberdade positiva (ausência de coação) e negativa (existem interferências) no interior da administração pública e nas ações de seus servidores.

Os conceitos arendtianos: condição humana; espaço público e privado; liberdade serão apresentados e analisados para se efetivar a ponte entre esses conceitos e a conduta ética do servidor público que atua no âmbito escolar, como também, a sua correlação com a

administração pública, mais precisamente, com a figura do servidor público ao enfatizar a sua conduta ética no espaço público, ou seja, no espaço em que atua profissionalmente.

3.1 A CONDIÇÃO HUMANA

A condição humana é um conceito defendido pela filósofa Hannah Arendt que se encontra intimamente associado aos modos da existência humana concretizados no mundo: trabalho, labor e acção. O labor está voltado para o modo como se atende as necessidades biológicas de todo ser humano, o trabalho está voltado para a produção de artefatos que possibilitam também o atendimento das necessidades humanas que são constituídas socialmente e, por último, a acção que é o modo de existir e voltada para a acção política.

Neste sentido, Hannah Arendt (1997) expressa em seus conceitos tais como a condição humana, a esfera pública e privada, a liberdade a partir de eventos que mudaram o percurso da humanidade. Para dar suporte argumentativo Arendt (1997), apresenta dois eventos relevantes para a humanidade: o primeiro, ocorrido em 1957, quando um objeto terrestre, feito pela mão do homem foi lançado ao universo, onde durante algumas semanas girou em torno da Terra segundo as mesmas leis de gravitação que governam os movimentos dos corpos celestes – o sol a lua e as estrelas. O segundo evento, a filósofa menciona o processo de automação, aonde a mão de obra humana vem sendo substituída por máquinas. Este último evento, é considerado uma “aberração”. Ainda diz que a ciência vem se esforçando para tornar “artificial” a própria vida humana e, também, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da natureza. Estes eventos são cruciais e corroboram como ponto inicial para defesa de seus conceitos, uma vez que, dão suporte as suas defesas, sendo, o primeiro a ida do homem a lua e o segundo evento que é caracterizado pelo processo de automação.

O primeiro evento trata sobre a ida do homem a lua, onde, a filósofa nos faz refletir sobre a artificialidade da vida e o repúdio pelo espaço da terra, ou seja, há uma ruptura do elo do homem com a terra na medida em que, luta incansavelmente para sair do único lugar onde a vida é possível: a terra. Arendt (1997) diz que se vive em uma sociedade onde o inatingível é possível e o possível é inatingível, ou seja, existem muitas realidades sociais que precisam ser mudadas, alcançadas, transformadas, mas, a humanidade continua convivendo com estas mazelas, elas não conseguem ser atingidas em sua totalidade, entretanto, é possível ir à lua. O

Estado através de ações de fomentação de bens e serviços que são postos à disposição da sociedade buscam mudar a realidade social, ações estas que são executadas pelos servidores públicos que detêm um papel de suma importância no processo de transformação na vida da sociedade, esta precisa participar do processo para legitimá-lo.

No segundo evento Arendt (1997, p.12) diz, “o advento da automação, que dentro de algumas décadas provavelmente esvaziará as fabricas e libertará a humanidade do seu fardo mais antigo e natural, o fardo do trabalho e da sujeição natural”. Entende-se que os postos de trabalho estão sendo substituídos por máquinas e o homem tem perdido seu espaço na produção de seus artefatos que tem como finalidade atender as suas necessidades que são criadas historicamente.

Neste enfoque, a filósofa nos faz refletir sobre o processo de automação, aonde, a força de trabalho humana vem sendo substituída por máquinas. O segundo evento é uma aberração da ciência, bem como acarretará danos para a sociedade, uma vez que o trabalho é um quesito fundamental para a ação humana. A filósofa ainda aponta a contradição com o advento proposto pela ciência e esta contradição é verificada quando a ciência propõe que o homem trabalhe menos e tenha mais tempo para a família e lazer, sendo que, ao mesmo tempo, é criado um sistema capitalista que se alicerça em classe de operários que continuam sem deter o controle de produção (ARENDR, 1997).

A filósofa utiliza esses dois eventos: a ida do homem a lua e o processo de automação e assim, localiza historicamente onde irá utilizá-los. E diante dos eventos expostos não aponta uma solução pronta, mas, impõe a necessidade de se fazer reflexões críticas no âmbito público (coletividade) mediante a seguinte questão: “O que estamos fazendo? A resposta será apenas pensada em coletividade, pois, não pode ser respondida no âmbito privado – individual” (ARENDR, 1997, p. 13).

Arendt (1997, p. 15) pretende com a expressão “vita activa” designar três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. “Trata-se de atividades fundamentais porque a cada uma delas corresponde uma das mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra”.

Diante do exposto se pode entender que a “vita activa” ou a condição humana está intimamente ligada com o labor, trabalho e ação, sendo estas necessidades humanas permanentes e imutáveis. O labor está intimamente ligado com nossa sobrevivência, ou seja, são as necessidades biológicas tais como moradia, alimentação, vestuário, dentre outras, ou seja, é o que assegura sobrevivência e a existência das espécies. O trabalho é caracterizado pela produção de artefatos (criação), relacionado a algo artificial e mundano, é a intervenção do homem na produção objetos para atender a nossas necessidades biológicas, ou seja, o

trabalho e seu produto emprestam permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal. A ação é a atividade política por excelência, é a ação dos homens em sua pluralidade – somos todos humanos sem que ninguém seja igual a alguém que exista ou venha a existir, sem mediação de coisas. Os homens agem e interagem uns com os outros no seio de uma vida política em sociedade humana que depende exclusivamente da contínua presença de outros homens.

A dimensão política (senso comum) ganha sentido a partir da fala, quando se discute o que é comum a todos “nós”, através da pluralidade, onde este senso comum só pode ser chegado através da educação, pois, “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão tornar-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (ARENDDT, 1997, p. 11).

Em seguida, a filósofa define as três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação sob a perspectiva de duas dimensões, sendo eles espaço público e espaço privado.

3.2 ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO

O espaço público é tudo aquilo que pode ser visto e ouvido pelo maior número de pessoas, ou seja, é o espaço do diálogo e da ação política. É o espaço onde os problemas são discutidos e as decisões são construídas e tomadas pela coletividade. Em contraponto, o espaço privado é o espaço de nossas necessidades de sobrevivência, ou seja, é o espaço onde garantimos nossa subsistência biológica e laboral.

Arendt (1997) diz que a esfera pública e privada estão relacionadas com a condição humana (labor, trabalho e ação), onde, o labor e o trabalho encontram-se no domínio da esfera privada, enquanto, a ação está exclusivamente no plano da esfera pública (política).

O privado é o reino da necessidade, enquanto o público é o reino da liberdade. A ação - política não é equivalente a um trabalho necessário à sobrevivência biológica ou à produção de artefatos, ou seja, a política não é fruto de necessidades e sim, de liberdade, pois, pode ser abdicada sem com isso afetar sua natureza biológica - esfera privada (ARENDDT, 1997).

É pertinente afirmar de acordo com o pensamento de Hannah Arendt que a esfera privada está voltada para nossas necessidades de sobrevivência, enquanto, que a esfera pública está voltada para o reino da liberdade, ou seja, é a política propriamente dita, é a

participação coletiva na vida em sociedade, é a apropriação da coisa pública e é uma escolha que não afeta a nossa sobrevivência. Desse modo, no gerenciamento da administração pública é indispensável o uso da acção nas decisões e legitimação destas por todos os atores envolvidos (cidadãos, gestores, servidores, etc.) no espaço público por ser o espaço de deliberações coletivas.

Para o individuo viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” decorrente do fato de ligar-se e separar-se mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida (ARENDDT, 1997, p. 68).

A filósofa faz uma contextualização histórica de como se dava o domínio da esfera privada em detrimento da esfera pública, uma vez que, o privado, estava relacionado com a esfera da casa e da família e daquilo que é próprio ao homem. Baseava-se em relações de parentesco. Tratava-se de um reino em que só o chefe da família exercia o poder despótico sobre os seus subordinados (mulher, filhos e escravos), com ausência de discussão livre e racional, onde os homens viviam juntos subordinados por necessidades e carências biológicas (alimentação, alojamento, segurança face aos inimigos). A necessidade motivava toda a atividade no lar, o chefe da família proporcionava os alimentos e a segurança em face de ameaças internas (revoltas de escravos) e externas (outros senhores que quisessem destruir uma dada casa e família), a mulher era propriedade do chefe da família e competia-lhe procriar e cuidar dos filhos. Os escravos ajudavam o chefe da família nas atividades domésticas (ARENDDT, 1997).

Na esfera privada, existia a mais pura desigualdade, pois, o chefe da família comandava e os outros membros da família eram comandados. O chefe da família não era limitado por qualquer lei ou justiça. Tinha como função primordial assegurar a manutenção da ordem doméstica, exercia o poder totalitário sobre a vida e a morte. Na esfera privada, o homem encontrava-se privado de ser visto e ouvido por todos em uma comunidade política, ou seja, estavam privados da mais importante das capacidades, pois não exercia a acção política, ou seja, estavam impedidos não da faculdade de falar, mas do poder de discursarem publicamente uns sobre os outros confrontando opiniões na vida em coletividade (ARENDDT, 1997).

Arendt (1997, p. 59) diz que “o termo público é tudo que vem a público e pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. O próprio mundo (realidade), na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”, ou seja, a

presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos que garante a realidade de mundo.

Ainda segundo Arendt (1997) o termo público se centra na ideia de comum, ou seja, a realidade do mundo precisa ter um bem ou interesse comum dos artefatos e negócios humanos, na medida em que é partilhado por indivíduos que se relacionam e que podem ser vistos e ouvidos por outros e, por nós mesmos, garantindo assim, a realidade de mundo. Entende-se ainda que a ação política deva ser desenvolvida em coletividade e deve visar sempre o bem comum.

Nesta perspectiva, Arendt (1997, p. 67) diz que “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes”. Não deve ser diferente na gestão escolar, uma vez que se faz necessário à participação da comunidade escolar como um todo, para que as diferentes formas de olhar e ouvir sejam construídas e partilhadas por todos, e todos participem do processo decisório, legitimando e se apropriando de fato do espaço público.

Na esfera da vida política (ação) ocorre à atividade comunicacional mediada pela linguagem da pluralidade de opiniões no confronto político e efetivada através da retórica. Os cidadãos exerciam a sua vida política participando dos assuntos da esfera pública, onde, precisavam vencer as necessidades da vida privada, constituindo assim, a condição para aceder à vida pública. Pois, só o homem que tivesse resolvido todos os assuntos da casa e da família teria disponibilidade para participar do reino da liberdade e igualdade sem qualquer coação (ARENDR, 1997).

Arendt (1997) ainda diz que os homens são seres singulares e plurais. A pluralidade é a condição humana porque somos todos iguais, ou seja, somos todos iguais e tão diferentes (únicos) não existe e não irá existir ninguém igual a cada indivíduo. E é essa pluralidade que dará sentido no exercício da ação política, uma vez que será neste espaço que se fará uso da fala, uma vez que dispomos de características semelhantes (singularidade) e pluralidade (diferenças) que só fazem sentido se forem exercidas na vida política, uma vez que para ser público precisa-se ser visto, ouvido, acessível e divulgado pelo maior número de pessoas.

Assim sendo, a vida pública prescinde de homens aptos a viverem a vida ativa, prontos para abraçarem as responsabilidades frente a assuntos humanos, ou seja, a vida política é uma escolha e, portanto, o lugar privilegiado da liberdade - vivida por cidadãos corajosos que sejam capazes de colocar seus próprios interesses em risco em prol da vida política de sua comunidade. A Liberdade, que pode ocorrer livremente ou sofrer influências, conforme serão verificadas e apresentadas na subseção a seguir.

3.3 LIBERDADE

A liberdade, segundo Hannah Arendt (1997), ocorre mediante uma decisão de seu uso ou não. Esta pode ser abdicada acarretando em uma servidão voluntária. Pode ser usada em sua plenitude, ou seja, ser utilizada sem o uso de coação ou interferência, ou ainda, ser utilizada com a presença de mecanismos de controle e manipulação. Para ambas as liberdades, a filósofa designa os termos liberdade positiva (ausência de coação) e liberdade negativa (presença de interferência).

Historicamente falando se pode afirmar que os cidadãos que detinham riquezas estavam aptos a se dedicarem a vida política, caso contrário, estavam sob jugo das necessidades biológicas e não teriam condições de participar da vida política, assim, precisavam se dedicar ao trabalho para garantir a sua sobrevivência, tínhamos cidadãos livres forçados pela sua pobreza.

Conforme a sociedade foi evoluindo e em consequência dos direitos a liberdade, igualdade, dentre outros, passaram a ser assegurados constitucionalmente, possibilitando assim, uma legitimação da participação coletiva na vida em coletividade.

Nesta perspectiva, os cidadãos passaram a participar da vida coletiva e se pressupõe que passaram a entender que os interesses públicos devem se sobrepor aos interesses privados, uma vez que, os cidadãos não podem se apropriar do bem público ou da esfera pública em prol dos interesses particulares. Dessa forma, os cidadãos devem ser capazes de colocar seus próprios interesses em risco em prol da vida política de sua comunidade. Para Arendt (1997) a liberdade pressupõe a manifestação do homem no espaço público através da fala e acção. Sendo assim, Arendt (2009, p.172) diz que,

[...] a política no sentido grego da palavra, está portanto, centrada na liberdade, com que está é entendida negativamente como o estado de quem não é dominado e nem dominador e positivamente como um espaço que só pode ser criado por homens e no qual cada homem circula entre seus pares.

A liberdade positiva ocorre com o não impedimento de fazer algo, não estar preso ou coagido. Já a liberdade negativa só é efetivada com a libertação ou a liberdade. Para que estas ocorram se faz necessário a expressão da liberdade pela vontade de participar da vida política e dos processos decisórios em sociedade, sem a interferência das necessidades da dimensão

privada (labor e trabalho), da dominação e coação. A liberdade só é possível mediante a pluralidade e singularidade dos homens (ARENDDT, 1997).

Assim, o sentido da liberdade no contexto da filosofia de Arendt ocorre quando se entende que quanto menor a interferência nas decisões dos indivíduos maior a liberdade, o que possibilita a participação coletiva na vida em sociedade, conseqüentemente exercendo a ação política propriamente dita. O exercício da liberdade é algo que pode ser abdicado, o cidadão não é obrigado a exercê-lo.

Ao abdicar do direito da liberdade o cidadão está se sujeitando a servidão voluntária na qual os cidadãos estão se dedicando aos interesses pessoais em detrimento do interesse coletivo, ou seja, a servidão voluntária pode ser entendida como sendo a postura do cidadão em abdicar da participação na vida pública - ação em detrimento do labor e acumulação de riqueza - dimensão privada (ARENDDT, 1997).

O espaço público, na compreensão de Hannah Arendt (1997) é o espaço do que é comum, ou seja, daquilo que pode ser compartilhado e que pertence a todos, mas para ser compartilhado, precisa ser comunicável. É o lugar privilegiado da liberdade, da política, da cidadania, da ação da relação entre os homens. É o espaço intangível que independe de estruturas (patrimônio material) legais e formais do Estado para existir, mas, que depende exclusivamente de homens aptos ao discurso e a ação, preocupados com assuntos humanos e com o bem comum (ARENDDT, 1997).

Arendt (1997) enfatiza sobre a inversão que ocorre na esfera pública e privada, uma vez que a única coisa que as pessoas têm em comum são os seus interesses privados (acumular riquezas e garantir a sua sobrevivência), onde a esfera pública se tornou uma função da esfera privada e a esfera privada se tornou a única preocupação comum, acarretando assim, um esquecimento ou abdicção da vida pública e alienando o exercício da fala e a retórica (servidão voluntária).

O servidor público no exercício de suas funções precisa amparar-se nos preceitos éticos e decidir ser um agente intervencionista no espaço público através de suas ações, sendo inadmissível a servidão voluntária por parte destes. No espaço público precisa existir a interação e participação da sociedade na construção das demandas, na resolução dos conflitos, na decisão de alocação e gerenciamento dos recursos públicos. Para tanto, se faz necessário o gerenciamento por gestores e servidores públicos que se dediquem e prezem pela soberania do interesse público em detrimento do privado, ou ainda que prezem pela dimensão pública no exercício de suas ações. A seguir será tratado de como a filosofia política de Hannah Arendt pode fundamentar a discussão da conduta ética do servidor público.

4 REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DO PENSAMENTO ARENDTIANO E A CONDUTA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO

A administração pública possui patrimônio público sob responsabilidade do gestor que deve zelar, manter, prestar contas a sociedade, bem como sua gestão deve direcionar para o controle de todas as operações cotidianas. Ações estas que são compartilhadas com os servidores públicos, e que passam a exercer uma função de interesse social, bem como são agente de articulação na medida em que promovem uma ligação entre o Estado e sociedade civil.

Na articulação entre Estado e sociedade se faz necessário estabelecer mecanismos de regulação de conduta ética profissional do servidor público e parâmetros a serem observados, como modo de ser e de agir na administração pública, uma vez que, os padrões éticos dos servidores devem advir de seu caráter público, de sua relação com o público e acima de tudo do interesse coletivo. Sendo assim, os servidores precisam utilizar o código de ética profissional no exercício de suas funções e no processo de tomada de decisões.

Nesta abordagem, os servidores que atuam na gestão escolar interagem com uma rede de estabelecimentos, ou seja, com um conjunto de escolas coordenadas e diferentes atores envolvidos e precisam exercer a ética nas ações que devem fomentar o gerenciamento democrático e que garantam o interesse comum.

Arendt (1997) defende em seus conceitos a apropriação do espaço público em detrimento do espaço privado como já foi tratado anteriormente, pois, é no espaço público que as decisões devem ser tomadas e devem visar o interesse coletivo. Define a “*vita activa*” ou condição humana em labor, trabalho e acção, como necessidades humanas que podem ser supridas tanto na perspectiva da dimensão pública quanto na dimensão privada.

A esfera privada está voltada para as necessidades biológicas, enquanto, que a esfera pública está voltada para a liberdade, dito de outra forma, para a política propriamente dita que é a participação coletiva da vida em sociedade e a apropriação da coisa pública, que recai em uma escolha que não afeta a nossa sobrevivência. E que só pode ser concebida na vida em coletividade, uma vez que é construída. Não diferentemente da administração pública que faz uso da participação social para legitimação das decisões e identificação dos problemas a serem solucionados.

Inegavelmente, é no espaço público, como já foi colocado anteriormente, onde será possível ser visto e ouvido por outros sob os diferentes ângulos. A gestão escolar em seu exercício democrático deve buscar ser vista e ouvida pelos diferentes atores envolvidos, para que cada realidade se complemente as demais e as decisões tomadas seja um produto de construção coletiva. Nesta acepção, Arendt (1997, p. 68) diz que:

[...] a privação da privatidade reside na ausência de outros, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que faça permanece sem importância, ou consequência para outros, e o que têm importância para ele é desprovido de interesse para outros.

É pertinente a compreensão de que não existe ação política em um espaço onde não envolve a coletividade e não se busca o interesse coletivo, dito de outra forma, a gestão que não envolve a comunidade no processo de gerenciamento não apresenta importância em suas ações e deixa consequência para outros, uma vez que, estas, não foram legitimadas, por não ter envolvido a coletividade. E, conseqüentemente, infringem os princípios éticos da administração pública e do servidor.

Desta forma, os servidores, gestores e diferentes atores da administração pública devem participar da vida coletiva e entender que os interesses públicos devem se sobrepor aos interesses privados, através do uso da liberdade. Liberdade esta que pressupõe a manifestação do homem no espaço público através da fala e ação sem interferências, ou seja, os atores envolvidos na administração pública devem ter liberdade para se serem vistos e ouvidos no espaço público.

Foi por meio dos conceitos anteriormente apresentados que se atingiu a efetivação dos objetivos propostos nesta pesquisa: a avaliação da conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional sob a perspectiva política do pensamento arendtiano a fim de identificar se os interesses privados se sobrepõem aos interesses coletivos implicando numa gestão centralizada e não participativa. Ainda foi possível caracterizar o perfil ético do servidor público com a função exercida a partir do código de ética e das categorias arendtianas; identificamos a variável liberdade como direcionadora das ações éticas no exercício profissional no âmbito da gestão educacional; examinamos se existe predominância do interesse do servidor público no exercício da sua função pela dimensão privada em detrimento da dimensão pública na perspectiva arendtiana mediante a averiguação do uso ou não da fala no espaço público na efetivação das suas ações cotidianas. Na próxima seção será apresentado o percurso metodológico da pesquisa que possibilitou a execução eficaz e eficiente dos resultados obtidos na resolução do problema proposto na pesquisa.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação à caracterização dos procedimentos metodológicos, Prodanov e Freitas (2013, p. 14) definem a metodologia da pesquisa como “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”. Esta foi utilizada, a fim de orientar na busca dos objetivos e constitui-se um pressuposto importante para o trabalho. Serão apresentadas as tipologias que foram utilizadas.

5.1 QUANTO AO TIPO OU OBJETO

Quanto ao tipo este estudo é caracterizado como bibliográfico, descritivo e de campo, que serão posteriormente, apresentados no decorrer da apresentação da metodologia do trabalho. Marconi e Lakatos (2007) esclarecem que esse tipo de pesquisa (de campo) tem como objetivo principal conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Esta pesquisa utilizou-se da literatura de livros, a fim de embasar a temática estudada.

Gonçalves (2005) diz que a pesquisa bibliográfica é o levantamento e revisão da literatura sobre o assunto que se pretende estudar, bem como conhecer seus autores. Define a pesquisa descritiva como sendo, aquela em que o pesquisador não interfere nos fatos observados, apenas, se propõe a registra-los e descrevê-los. Neste sentido, foi realizada a coleta de dados via questionário aplicado com os servidores, para posterior tabulação e análise.

Neste sentido, Lopes (2006, p. 215) conceitua a pesquisa de campo como a pesquisa em que se realiza uma coleta de dados através de entrevistas e/ou questionários, observação, *in loco*, para análise de resultados posterior.

Para se chegar aos resultados apresentados nesta pesquisa, se utilizou como universo amostral da pesquisa 21(vinte e um) servidores públicos do total de 22 (vinte e dois)

integrantes da equipe gestora da Secretaria de Educação da cidade de Sumé-Pb, localizada no Cariri Paraibano Ocidental. A escolha por esse público se deu em função destes atuarem diretamente na articulação das ações educativas, reflexivas e de formação de cidadãos aptos a exercerem seus direitos e deveres na vida em coletividade e no espaço público.

Neste sentido, Paro (2003), apud Amaral, (2011) diz que a administração escolar deriva de dois objetivos que estão intimamente associados: o primeiro objetivo diz respeito à apropriação pelo saber e o segundo objetivo diz respeito à consciência crítica, que acarreta conseqüentemente, numa educação transformadora. Faz-se necessário não apenas, a disseminação de conhecimentos, mas a apropriação deste, aliado a reflexão crítica. Inclusive neste estudo utilizou-se de métodos de abordagem e de procedimentos conforme serão descritos a seguir.

5.2 QUANTO AO MÉTODO

Com relação ao método de abordagem, foi utilizado o método comparativo, que é definido sob a ótica de Prodanov e Freitas (2013) como aquele que busca estudar as semelhanças e diferenças na tentativa de realizar comparações com o objeto, verificando conseqüentemente as semelhanças e explicando as divergências. Este método foi aplicado no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que foi possível comparar as semelhanças e divergências na conduta ética dos servidores públicos educacionais quando correlacionados com o pensamento arendtiano.

Com relação ao método de procedimento foi utilizado o dedutivo. Bonat (2009) define esse método como sendo aquele em que o pesquisador utiliza uma generalização maior, para então assim, aplicá-las a questões particulares e, conseqüentemente, apresentar resultados. Assim, este estudo partiu do pressuposto que existem as condições necessárias de analisar criticamente a conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional mediante o pensamento filosófico arendtiano.

Como relação à abordagem do problema, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, uma vez que busca descrever, analisar, compreender, classificar e quantificar a interação da complexidade de determinado problema.

Neste seguimento, Gonçalves (2005) diz que na pesquisa quantitativa se faz necessário coletar e quantificar os dados e opiniões mediante o emprego de recursos e técnicas

estatísticas, partindo das mais simples, até as mais complexas, enquanto a pesquisa qualitativa não faz uso de dados estatísticos na análise do problema. De tal modo, este estudo é assim caracterizado, pelo fato de ter utilizado de ambas as abordagens de problemas, ou seja, foi feito a tabulação dos dados coletados e, posteriormente, realizado sua análise crítica buscando o seu sentido no contexto do universo pesquisado.

5.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

As técnicas utilizadas objetivaram orientar e direcionar na busca dos objetivos preestabelecidos da pesquisa. Dentre as técnicas que foram utilizadas podem ser mencionadas: levantamento bibliográfico segundo Tachizawa e Mendes (2006, p.18) “pode ser feito nas fontes bibliográficas convencionais, como bibliotecas e acervos técnicos, e também na internet”, ou seja, ocorrerá a verificação em livros, periódicos, artigos etc. de material já produzido acerca do tema, a fim de conhecer o posicionamento dos autores com relação à temática que se pretende defender; e estudo de campo que é definido por Gil (2008), apud Prodanov e Freitas, (2013) como o estudo que utiliza mais da técnica de observação do que da interrogação. Conseqüentemente, ocorreu à verificação e aprofundamento da realidade estudada, aliada de questionário simples, Rodrigues (2013, p. 22) diz que questionário “é um instrumento de pesquisa usado para recolher informações, por meio de um conjunto de perguntas”. Ainda segundo o autor a modalidade de questionário simples por envolver um questionário por escrito e que por isso, será respondido por escrito. Este foi aplicado em *in loco* com os servidores públicos que são os sujeitos da pesquisa. Foi por meio destes as informações foram captadas, analisadas e correlacionadas de acordo com as respectivas realidades.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção têm como objetivo apresentar, detalhar e analisar os dados coletados da fase investigativa da pesquisa. Os servidores que participaram da pesquisa respondendo o questionário totalizaram na quantidade de amostra de 21 (vinte e um) entrevistados, sendo

todos integrantes da equipe gestora da Secretaria de Educação do Município de Sumé. Dentre as funções exercidas podem ser mencionadas: a secretária e secretária adjunta da Secretaria de Educação, orientadora educacional, coordenadores pedagógicos, psicóloga educacional, técnica da secretaria, coordenador, orientador educacional, diretora departamento de ensino, chefe de serviço de alimentação escolar, chefe serviço de arquivo e comunicação administrativos, assistentes e auxiliar de administração e assessor técnico.

O questionário foi dividido em duas partes. A primeira apresenta os dados de identificação dos servidores educacionais e a segunda parte apresenta a percepção destes atores sobre a percepção de diferentes situações cotidianas. A seguir serão apresentadas as análises da primeira parte do questionário.

TABELA 01 – Gênero

Gênero	Feminino	Masculino
Frequência	18	03
Percentual	86	14
Total	21	
	100 %	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Apresenta-se na tabela 01 a caracterização do gênero dos servidores que são compostos em sua maioria por mulheres com 86% e apenas 14% para o sexo masculino.

TABELA 02 – Idade

Idade	Até 30 anos	Entre 31-55 anos
Frequência	02	19
Percentual	9	91
Total	21	
	100 %	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No tocante a idade dos servidores entrevistados podemos inferir que 91% estão entre 31 e 55 anos de idade e apenas 9% possuem até 30 anos. Isso implica em dizer que a maior parte dos integrantes da equipe gestora provavelmente são pessoas mais experientes.

TABELA 03 – Nível de Formação

Formação Acadêmica	Médio	Técnico	Graduação	Pós graduação	Mestrado	Doutorado
Frequência	01	01	09	08	01	01
Percentual	4,75	4,75	43,00	38,00	4,75	4,75
Total	21					
	100%					

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Constatam-se as informações na tabela 03 que os servidores possuem diferentes níveis de formação, mas os que se apresentam em maior percentual são graduação com 43% e pós-graduação com 38%, e para os demais níveis como ensino médio, técnico, mestrado e doutorado o percentual se repetiu na mesma proporção de 4,7% respectivamente. Ainda, podemos inferir que o nível de formação dos servidores é satisfatório.

TABELA 04 – Área de Formação

Área de Formação	Educação	Pedagogia	Administração	Gestão pública	Outros
Frequência	12	04	01	01	03
Percentual	57	19	5	5	14
Total	21				
	100 %				

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com relação à área de formação identificamos que 57% dos servidores possuem formação na área de educação, 19% possuem formação em pedagogia, 14% possuem formação na área de direito, agronomia e tecnólogo em secretaria escolar, formação em administração e gestão pública apresenta um percentual de 5% respectivamente. Pode-se concluir que a formação em educação e pedagogia totaliza um percentual de 76%, o que possibilitou inferir que a formação condiz com o espaço e com a função exercida, bem como as demais formações tais como: administração, gestão pública, direito auxiliam no gerenciamento das atividades, de pessoas, de recursos, de decisões e em todo o gerenciamento local e das unidades coordenadas.

TABELA 05 – Tempo de Atuação

Tempo de atuação	1 - 4 anos	5 - 8 anos	9 - 14 anos	15 – 18 anos ou mais
Frequência	09	02	03	07
Percentual	43	10	14	33
Total	21			
	100 %			

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 05 apresenta o tempo de atuação dos servidores investigados, onde se constatou que 43% dos servidores exercem função pública entre o período de um a quatro anos e 10% entre quatro e oito anos, o que instiga a perceber que os 43% dos servidores estão atuando na administração pública a partir do segundo mandato da atual gestão. 14% estão na função entre oito e quatorze anos e 33% exercem a mais de 14 anos funções públicas.

TABELA 06 – Vínculo Institucional

Vínculo Institucional	Efetivo	Contratado	Comissionado	Terceirizado	Permuta
Frequência	10	3	07	-	01
Percentual	48	14	33		05
Total	21				
	100 %				

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 06 apresenta o vínculo institucional dos servidores entrevistados, onde, constatou-se que 48% dos servidores possuem vínculo efetivo, 33% exercem cargo comissionado, 14% são contratados e 5% é vinculado a administração pública em regime de permuta, ou seja, o servidor era lotado em outra cidade e realizou a permuta com outro servidor. Verificou-se uma concentração significativa de servidores comissionados e contratados, ambos totalizam 47%. Vale salientar que os diferentes tipos de vínculo possuem amparo legal, mas, a investidura em cargo público deve ocorrer mediante concurso, uma vez que possibilita maior transparência, ética e independência no exercício de suas funções. Ainda, a contratação, terceirização e cargos comissionados, muitas vezes, ocorrem mediante apadrinhamento ou por forte ligação de amizade entre os gestores, o que inibe a independência de atuação por parte dos servidores, que em muitos casos possuem insegurança na estabilidade empregatícia.

TABELA 07– Participação em Eventos

Você participou de alguma conferência, congresso ou outros eventos que tratasse sobre a importância do papel do servidor público na representatividade, articulação e qualidade dos serviços que são postos a disposição da sociedade?			
Sim	%	Não	%
17	81,00	04	19,00

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 07 apresenta com percentual de 81% que os servidores que afirmaram ter participado de alguma conferência, congresso ou outros eventos que tratasse sobre a importância do papel do servidor público na representatividade, articulação e qualidade dos serviços que são postos a disposição da sociedade, contra 19% que afirmaram não ter participado.

A seguir serão apresentadas as análises da segunda parte do questionário que busca identificar a percepção dos servidores públicos sobre as diferentes situações vivenciadas no cotidiano, tais como: interesse pela dimensão privada em detrimento do interesse coletivo,

liberdade de atuação, seu papel na articulação e fomentação dos serviços postos a disposição da sociedade e uso da ética no exercício profissional.

TABELA 08 - Servidor Público

O que você entende sobre ser servidor público:	
Alternativas	%
O servidor público é alguém que se esforçou e passou em um concurso público ou foi indicado para assumir tal função por possuir capacidade para tal.	-
O servidor público é um funcionário como outro qualquer.	-
O servidor público é antes de tudo um agente do interesse social e um ponto de ligação entre o Estado e sociedade civil.	86
O servidor público é alguém que trabalha em qualquer repartição pública e que cumpra com seu dever.	14
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 08 trata sobre o posicionamento dos servidores quando questionados sobre qual o entendimento que possuem sobre servidores públicos. Constatou-se que 86% dos entrevistados entendem que o servidor público é antes de tudo um agente do interesse social e um ponto de ligação entre o Estado e sociedade civil, e 14% entendem que o servidor público é alguém que trabalha em qualquer repartição pública e que tem que cumprir com seu dever.

Constatou-se uma percepção positiva no tocante ao entendimento dos servidores quando ao seu conceito e papel de agente público e que visem o interesse social e que são elos entre sociedade e Estado, conforme conceito defendido por Castro e Dzierwa (2013) que definem o servidor público como sendo um agente do interesse social e um ponto de ligação entre o Estado e Sociedade Civil. Infelizmente, se verificou um percentual que entendem que o servidor é apenas um trabalhador que atua em qualquer repartição pública. Sabe-se que esse conceito é limitado e que no exercício de funções públicas, não existe espaço apenas para a execução de tarefas, mas sim, de execução de reflexão, construção e contribuição na resolução dos conflitos e demandas sociais que envolvem a administração pública.

TABELA 09 - Gestão Escolar

A gestão escolar envolve todas as unidades gerenciadas que fazem parte da rede de estabelecimentos e que envolvem articulação de decisões:	
Alternativas	%
que são tomadas isoladamente pela Secretaria de Educação que controla as gerenciadas.	-
que são tomadas pela Secretaria de Educação após trabalho desenvolvido com as controladas, a fim de identificar as demandas destas.	86
que são tomadas pela Secretaria de Educação após trabalho obrigatório que precisa ser desenvolvido com as controladas, mas que no final prevalecem o que	14

a equipe gestora da secretaria decide.	
que são tomadas pela Secretaria de Educação, aliada a participação de apenas algumas unidades gerenciadas.	-
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 09 trata sobre a percepção dos servidores quanto à gestão escolar. Quando questionados no tocante a gestão escolar envolver todas as unidades gerenciadas e que fazem parte da rede de estabelecimentos e no envolvimento e articulação de decisões, foi visto que 86% afirmaram que são tomadas pela Secretaria de Educação após trabalho desenvolvido com as controladas, a fim de identificar as demandas destas, ou seja, se verificou a aplicação do conceito de Santos et al. (2014) a gestão escolar envolve todas as unidades gerenciadas que fazem parte da rede de estabelecimento. Uma vez que é no envolvimento, participação e diálogo que as demandas serão conhecidas e serão possíveis ações pontuais na busca da otimização dos resultados. Ainda, um percentual de 14% afirmou que as decisões são tomadas pela Secretaria de Educação após trabalho obrigatório que precisa ser desenvolvido com as controladas, mas que no final prevalecem o que a equipe gestora da secretaria decide. Verifica-se que o posicionamento de 14% dos servidores acredita que existe o trabalho obrigatório com as unidades coordenadas, mas quem decide é a Secretaria de Educação, ou seja, existe apenas a execução “formal” que recai na decisão de um grupo e não de todos os atores envolvidos no processo.

TABELA 10 - Controle das unidades coordenadas

Quais os elementos que são utilizados pela Secretaria de Educação a fim de manter o controle das unidades gerenciadas?	
Alternativas	%
Planejamento, organização e assistência.	-
Planejamento, organização, assistência a execução, avaliação de resultados e relatório.	100
Avaliação de resultados e relatório.	-
Planejamento, avaliação de resultados e relatório.	-
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 10 reflete o controle das unidades coordenadas. Quando questionados sobre quais os elementos que são utilizados pela Secretaria de Educação a fim de manter o controle das unidades gerenciadas, verificou-se em sua totalidade, ou seja, 100% dos servidores

afirmaram que o planejamento, a organização, a assistência à execução, a avaliação de resultados e relatório são ferramentas utilizadas pela secretaria no controle das unidades coordenadas, ou seja, existe uma preocupação em todo o processo que perpassam a fase de planejamento até sua fase de avaliação e emissão de relatórios.

Tabela 11 - Código de ética

Com relação ao código de ética profissional você entende que:	
Alternativas	%
este é utilizado como instrumento norteador e legal para o exercício profissional.	72
é um dispositivo legal apesar de não ser utilizado como instrumento de aplicação de penalidades e de cobrança do exercício profissional.	14
existe apenas no papel, ou seja, é “letra morta” pois, o que é aplicado é a vontade do gestor e seus subordinados hierarquicamente.	-
seria de grande valia caso fosse utilizado.	14
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No tocante ao código de ética, a tabela 11 apresenta o posicionamento dos servidores quando questionados sobre qual o entendimento possuem com relação ao código de ética profissional. Verificou-se que 72% afirmaram que o código de ética é utilizado como instrumento norteador e legal para o exercício profissional, contra 14% que afirmaram ser um dispositivo legal apesar de não ser utilizado como instrumento de aplicação de penalidades e de cobrança do exercício profissional, ainda 14% afirmou ser de grande valia, caso fosse utilizado. Se pode afirmar mediante os dados coletados que 28% dos servidores que se manifestaram afirmaram a não utilização deste dispositivo legal no espaço da secretaria.

O que nos implica dizer, segundo Passos (2004) que o código de ética é importante e servirá como norteador para as pessoas, mas se não existir a convicção do proceder eticamente e colocá-lo em prática, o código será letra morta.

TABELA 12 - Código de ética

Você age eticamente pautado no código de ética?	
Alternativas	%
Não, apesar de ser algo que gostaria de fazer.	-
Sim, mas existem momentos que é preciso agir contrariamente, uma vez que trabalho com o interesse coletivo e é impossível agradar a todos.	24
Sim, uma vez que entendo que a ética é indispensável no serviço público e na vida em coletividade.	76
Não, pois, o código de ética não condiz com nossa realidade, não tendo aplicabilidade.	-
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 12 reflete o posicionamento dos servidores quando questionados sobre agirem eticamente pautados no código de ética. Os servidores se posicionaram com percentual de 76% afirmando que utilizam, uma vez que entendem que a ética é indispensável no serviço público e na vida em coletividade, 24% também afirmaram utilizar, mas justificaram que existem momentos que é preciso agir contrariamente, uma vez que, no trabalho que envolve o interesse coletivo é impossível agradar a todos.

Foi constatado que os servidores afirmam utilizar o código de ética, e em maior proporção foi verificado a importância deste preceito ético e moral na administração pública e na vida em coletividade, em contraponto, verificamos que 24% afirmaram existir momentos que agem contrariamente, por lidarem com interesses coletivos e não conseguirem agradar a todos. O agir eticamente na administração pública deve ser uma prática contínua, sendo inadmissível o contrário.

TABELA 13 - Gestão de decisões

Com relação à gestão das decisões a serem tomadas você:	
Alternativas	%
prioriza por centralizar as decisões e delimitar a participação dos diferentes atores envolvidos, uma vez que dificulta o processo decisório, ou seja, dificulta chegar a um consenso comum.	09
priorizam por descentralizar as decisões e promovem a participação dos diferentes atores envolvidos	43
priorizam a participação mas, a decisão final é tomada pelo secretário (a) de educação e sua equipe.	29
as decisões são tomadas pela equipe, uma vez que possuem formação técnica e profissional.	19
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 13 apresenta a gestão das decisões a serem tomadas pelos servidores. Pôde ser vista uma diversidade de posicionamentos, prevalecendo em 43% os servidores que afirmaram priorizar a descentralização das decisões e por promoverem a participação dos diferentes atores envolvidos. Neste posicionamento é verificável a influencia do pensamento arendtiano, uma vez que a filósofa defende a participação da coletividade no espaço público na construção das respostas e resolução dos problemas.

Constatou-se que 29% dos servidores priorizam a participação, mas, a decisão final é tomada pelo secretário (a) de educação e sua equipe. Se notou que existe uma fragilidade no tocante ao empoderamento do posicionamento dos atores envolvidos no processo de decisão,

uma vez que a decisão final está atrelada ao Secretário (a) de Educação e sua equipe e não ao que foi discutido e formulado na coletividade.

Ainda, 19% defenderam que as decisões são tomadas pela equipe, uma vez que, possuem formação técnica e profissional e 9% dos servidores priorizam por centralizar as decisões e delimitar a participação dos diferentes atores envolvidos, pois dificulta o processo decisório, ou seja, dificulta chegar a um consenso implicando uma homogeneização de posições sobre um determinado problema a ser resolvido. Estes posicionamentos contrariam o posicionamento defendido por Arendt (1997, p.67) “[...] ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes”. Por mais que existam profissionais com competências técnica não devem ser excluídos do processo decisório a participação dos atores envolvidos, suas vivências e percepções devem ser consideradas no processo decisório mediante posições diferentes. Ainda segundo a filósofa, o termo público refere-se à ideia de comum e coletivo, ou seja, a realidade precisa ter um interesse em comum na produção de artefato e negócios humanos (neste caso, na análise das situações e na formulação das decisões a serem tomadas) na medida em que é partilhado por indivíduos que se relacionam e que podem ser vistos e ouvidos por outros, assim, todos devem ser incluídos no gerenciamento das decisões mesmo que assumam posições diferentes entre si.

TABELA 14 - Participação das decisões

No tocante a participação das decisões a serem tomadas você:	
Alternativas	%
prefere não participar, pois, confia nas pessoas que trabalha e você sabe que vão decidir o melhor.	-
prefere não participar, para não recair sobre você as consequências caso não dê certo.	-
prefere participar do processo decisório, haja vista que acredita que as decisões devem ser tomadas na coletividade.	100
participa por fazer parte das funções profissionais, caso contrário não participaria.	-
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 14 reflete o posicionamento dos servidores no tocante a participação das decisões a serem tomadas, onde, verificou-se que 100% dos servidores se manifestaram afirmando preferir participar do processo decisório, haja vista que acreditam que as decisões devem ser tomadas na coletividade. Constatou-se uma percepção positiva, uma vez que, todos os entrevistados, entendem que as decisões devem ser tomadas na coletividade e, conseqüentemente, se recusam a abdicar da vida em coletividade.

Verifica-se a importância do pensamento arendtiano na compreensão da apropriação do espaço público em detrimento do espaço privado, pois, é no espaço público que as decisões devem ser tomadas e devem visar o interesse coletivo.

Tabela 15 - Exercício profissional

Você prioriza no exercício profissional atender:	
Alternativas	%
os interesses coletivos.	85
sua realização profissional e de carreira.	10
reconhecimento pessoal pelos trabalhos prestados.	05
interesse coletivo, desde que não venham de encontro com os meus interesses pessoais.	-
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quando questionados sobre o exercício profissional os servidores entrevistados se manifestaram de maneira diferenciada, vale ressaltar que, apenas para esta questão e por motivo desconhecido, um participante deixou de responder, totalizando assim 20 respondentes. Nesta perspectiva, 85% dos servidores se posicionaram afirmando que buscam atender os interesses coletivos no exercício profissional, 10% afirmaram que buscam sua realização profissional e de carreira e 5% afirmaram que buscam reconhecimento pessoal pelos serviços prestados. Diante do exposto, constata-se que a maioria dos servidores busca atender o interesse coletivo, em contraponto com 15% dos servidores que se manifestaram favoráveis a realização profissional, de carreira e reconhecimento. Os servidores devem buscar sempre no exercício de suas funções atenderem aos interesses da coletividade, independente da realização de seus interesses pessoais.

Ainda com base no pensamento arendtiano se pode enfatizar a constatação da inversão que ocorre na esfera pública e privada, uma vez que, a única coisa em comum que as pessoas possuem são seus interesses privados, assim, a esfera pública se tornou uma função da esfera privada e a esfera privada se tornou a única preocupação comum. Foi verificado apenas a influência deste conceito em uma pequena parcela dos servidores entrevistados.

TABELA 16: Exercício profissional

No exercício profissional você:	
Alternativas	%
se limita as funções de sua competência e procura não se envolver nos problemas de interesse coletivo, pois, acredita que seus interesses pessoais e profissionais não podem convergir ou se misturar com os interesses coletivos.	-
não se limita as funções profissionais, mas entende que é parte integrante da coletividade.	100

se limita as funções profissionais, uma vez que não é remunerado para se preocupar com os interesses coletivos.	-
executa exclusivamente o que é de sua competência , pois, já esta de bom tamanho.	-
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 16 trata sobre o exercício profissional dos servidores públicos que se manifestaram em sua totalidade, ou seja, 100% afirmaram que não se limitam as funções profissionais, mas, ao contrário, entendem que são partes integrantes da coletividade. Arendt (1997) diz que o empoderamento do espaço público se dá mediante o interesse pela vida em coletividade.

Nesta afirmativa ficou perceptível que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses privados como defende a Arendt nos conceitos de dimensão pública e privada. A dimensão privada está voltada para o reino de nossas necessidades, enquanto a dimensão pública está voltada para o reino da liberdade.

Na medida em que os servidores não se limitam as suas funções que envolvem a dimensão privada, mas se consideram parte integrante da coletividade e se apoderam deste espaço, estão conseqüentemente priorizando a dimensão pública e, assim, exercendo a sua liberdade.

TABELA 17 - Liberdade das decisões

No tocante a liberdade das decisões e ações executadas você:	
Alternativas	%
tem total liberdade de se posicionar, ser visto e ouvido sem nenhuma interferência.	43
não se posiciona como gostaria, uma vez que possui superiores e precisa concordar e acatar as orientações.	24
se posiciona desde que o posicionamento não seja contrario aos superiores (hierarquia).	09
se posiciona desde que seja requisitado.	24
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela 17 trata sobre a liberdade das decisões. Quando questionados sobre a liberdade das decisões e ações executadas os servidores se manifestaram em 43% afirmando terem total liberdade de se posicionarem, serem visto e ouvidos sem nenhuma interferência. 24% afirmaram não se posicionar como gostaria, uma vez que possuem superiores e precisam concordar e acatar as orientações, outros 24% dos servidores entrevistados afirmaram que se posicionam desde que sejam requisitados. Ainda, 09% dos servidores afirmaram que se

posicionam desde que os posicionamentos não sejam contrários aos superiores (hierarquia). Foi possível observar que 43% afirmam ter liberdade de se posicionarem sem interferência, em contraposto as demais que, fizeram afirmativas as quais corroboram com o fato de ser no interior desse espaço público a interferência na liberdade, ou abdicção desta, uma vez que 33% dos servidores que não se posicionam como gostariam por temerem aos superiores ou desde que seus posicionamentos não os contrariem. Ainda se verificou um percentual de 24% que afirmam participarem apenas quando requisitados, o que implica dizer que estes servidores abdicam de sua liberdade de participarem das ações e decisões.

Nesta lógica, pôde-se ver a influência dos conceitos de liberdade defendidos do Arendt (1997) intimamente relacionados na análise crítica da conduta ética dos servidores públicos, uma vez que a filósofa defende a liberdade positiva e liberdade negativa. A primeira ocorre com o não impedimento de fazer algo, não estar preso ou coagido, verificado no posicionamento dos 43% que afirmam ter liberdade de se posicionarem sem qualquer interferência. Já a liberdade negativa ocorre mediante a uma falsa liberdade, ou seja, existe interferência no exercício da liberdade. Fez-se o contraponto aos servidores que não se posicionam como gostaria por temerem seus superiores.

Ainda, a filósofa diz que a servidão voluntária ocorre mediante a postura do cidadão em abdicar da participação da dimensão pública. É notória a influência deste conceito na postura dos servidores que se limitam a participarem das decisões e ações apenas quando solicitados, abdicando assim, da sua liberdade de participar do espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta seção é tecer as considerações finais sobre os resultados alcançados. No tocante ao objetivo geral, em que se buscou avaliar a conduta ética do servidor público atuante na gestão educacional sob a perspectiva política e ética do pensamento arendtiano, a fim de identificar se os interesses privados se sobrepõem aos interesses coletivos implicando numa gestão centralizada não participativa.

Neste enfoque, o objetivo geral foi alcançado, uma vez que se constatou que os servidores públicos atuantes na gestão educacional não se limitam as funções profissionais, mas entendem que são parte integrante da coletividade, priorizam no exercício profissional atender aos interesses coletivos, participam do processo decisório, uma vez que acreditam que

as decisões devem ser tomadas na coletividade e priorizam por descentralizar as decisões e promoverem a participação dos diferentes atores envolvidos, apesar de em alguns momentos a decisão final ser tomada pelo secretário e sua equipe.

Vale salientar que apenas um pequeno percentual dos servidores apresentou predominância do interesse privado em detrimento do interesse coletivo. Ainda, constatou-se em menor grau que alguns servidores priorizam centralizar as decisões e delimitar a participação dos diferentes atores envolvidos, uma vez que acreditam dificultar o processo decisório, ou, preferem que as decisões sejam tomadas pela equipe, uma vez que possuem formação técnica e profissional.

Diante do exposto se pode inferir que os interesses privados dos servidores públicos atuantes na gestão educacional não se sobreporão aos interesses coletivos, bem como a gestão educacional apresentou-se de maneira descentralizada e participativa. Consequentemente, implicando numa conduta ética (abdicação da dimensão privada - individual em detrimento da dimensão pública - coletivo) proposta pela filósofa Hannah Arendt.

Com relação aos objetivos específicos é possível afirmar que estes também foram alcançados. O primeiro objetivo específico buscou caracterizar o perfil ético do servidor público com a função exercida a partir do código de ética e das categorias arendtianas. Constatou-se que o nível e a área de formação dos servidores são compatíveis com as funções exercidas, ou seja, os servidores possuem formação profissional e técnica nas áreas de educação, pedagogia, administração, gestão pública, direito, técnico em secretaria escolar e agronomia. As diferentes formações se complementam na execução das atividades tais como: planejamento, organização, assistência à execução, avaliação de resultados e relatório que envolve todos os atores envolvidos no processo. Verificou-se a responsabilidade ética sobre o seu papel quanto agente público que é antes de tudo ser um agente do interesse social e um ponto de ligação entre o Estado e sociedade civil, bem como entendem que a ética é indispensável no serviço público e na vida em coletividade. Para tanto, o código de ética é utilizado como instrumento norteador e legal para o exercício profissional.

O segundo objetivo específico buscou identificar a variável liberdade como direcionadora das ações éticas no exercício profissional no âmbito da gestão educacional. Neste interim, constatamos que a liberdade apresentou-se de maneira significativa tanto para a liberdade positiva (ausência de interferência ou coação), quando para a liberdade negativa (existem variáveis inibidoras).

Constatou-se no decorrer da pesquisa que quase metade dos servidores afirmaram ter total liberdade de se posicionarem, serem vistos e ouvidos sem nenhuma interferência. Em

contraponto, mais da metade dos servidores indicaram que não se colocam como gostaria, uma vez que, possuem superiores e precisam concordar e acatar as orientações, que se manifestam desde que as ideias não sejam contrárias aos superiores (hierarquia), ou opinam desde que sejam requisitados. Diante do exposto, é condizente inferir que a liberdade não acontece em sua plenitude, uma vez que os servidores mantêm cautela no tocante ao uso da fala no espaço público pelo fato de obedecer a superiores. Ainda, os dados revelam que existe uma concentração significativa de servidores comissionados e contratados, ambos totalizam 47%, o que permite inferir que possivelmente estes servidores temam por sua estabilidade empregatícia e prefira acatar as orientações ao invés de participarem, ou seja, serem vistos e ouvidos.

O terceiro objetivo específico buscou examinar se existe uma predominância do interesse do servidor público no exercício da sua função pela dimensão privada em detrimento da dimensão pública na perspectiva arendtiana mediante a averiguação do uso ou não da fala no espaço público na efetivação de suas ações cotidianas. Constatou-se que os servidores priorizam a dimensão pública e os interesses coletivos no exercício de suas funções, apresentando apenas um percentual de 15% que priorizam a dimensão privada. No tocante ao uso da fala no espaço público os servidores preferem participar, uma vez que se apropriaram do espaço público e entendem que são parte integrante da coletividade e que as decisões devem ser tomadas neste espaço, apesar de alguns servidores não se posicionarem como gostariam pelo fato de ter superiores, ou por o posicionamento divergir do gestor. Conseqüentemente, acarretando numa fragilidade no tocante ao uso da liberdade, uma vez que a filósofa propõe que o diálogo no espaço público deve visar os diferentes posicionamentos, sobre os diferentes ângulos, a fim de se tomar a decisão na coletividade.

Recomenda-se que este estudo seja replicado em outras secretarias ou repartições públicas, a fim de obter um panorama maior da postura e conduta ética dos servidores atuantes na administração pública.

Por fim, espera-se que este estudo possa servir como ferramenta de reflexão crítica e uso no espaço da administração pública e para atuação dos servidores públicos que atuam quanto agentes fomentadores do interesse coletivo. Ainda, espera-se que possa contribuir para o meio acadêmico e social.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

AMARAL, Josiane Carolina Soares Ramos. **A Política de gestão da educação básica na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (2007 – 2010)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2009b.

_____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BONAT, Debora. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil SA, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988.

CASTRO, Eduardo Bernardes de; DZIERWA, Mariana de Castro. **Gestão Pública: aspectos básicos da relação público - privado**. São Paulo: Baraúnas, 2013.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. **Ética**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

FREIRE, Elias & MOTTA, Sylvio. **Ética na administração pública: teoria e 640 questões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas – São Paulo: Papyrus, 1994.

LOPES, Jorge. **Fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: Universitária da UFPE, 2006.

LÜCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MARCHIONNI, Antônio. **Ética: a arte do bom**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARCONDI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia de trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007.

MARQUES, Wagner Luiz. **Ética no trabalho**. Cia Norte - Paraná: Vera Cruz, 2009.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar artigos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2013.

SANTOS, Luiz Dario dos, et al. **Gestão educacional: comportamentos e estratégias**. São Paulo: Baraúna, 2014.

SOUZA, Verônica Maria do Destêrro. **Ética na administração pública: diante dos princípios constitucionais**. Valença, BH: Clube dos Editores, 2012.

STEPANSKI, Isabel; COSTA, Maria Eugenia. **Aspectos comportamentais de gestão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012.

TACHIZAWA, Takeshy. MENDES, Gildásio. **Como fazer monografia na prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THUMS, Jorge. **Ética na educação filosofia e valores na escola**. Canoas: ULBRA, 2003.

VILLELA, Fábio Goulart. **Manual de Direito do Trabalho: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado (a) servidor (a) da Secretaria de Educação do Município de Sumé – PB, o presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos do trabalho de conclusão da graduação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, como exigência para obtenção do certificado de conclusão. O objetivo desta pesquisa é avaliar a conduta ética do servidor público que atua na gestão educacional sob a perspectiva política do pensamento arendtiano. Solicitamos sua colaboração para responder o questionário com precisão e possível prontidão as questões elaboradas. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes. Neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como, estas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. Esteja certo de que sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

QUESTIONÁRIO

PARTE I - Dados de Identificação do Servidor

1. Identificação do Entrevistado

I. Gênero:

() Feminino

() Masculino

II. Idade: _____

III. Formação:

() Médio

() Graduação

() Pós-graduado

() Mestrado

() Doutorado

() Outros _____

IV. Função ou cargo atual que exerce:

V. Área de formação:

() Educação

() Pedagogia

() Outros

(Qual?) _____

3- Quais os elementos que são utilizados pela Secretaria de Educação a fim de manter o controle das unidades gerenciadas:

- planejamento, organização e assistência.
- planejamento, organização, assistência a execução, avaliação de resultados e relatório.
- avaliação de resultados e relatório.
- planejamento, avaliação de resultados e relatório.

4- Com relação ao código de ética profissional você entende que:

- este é utilizado como instrumento norteador e legal para o exercício profissional.
- é um dispositivo legal apesar de não ser utilizado como instrumento de aplicação de penalidades e de cobrança do exercício profissional.
- existe apenas no papel, ou seja, é “letra morta” pois, o que é aplicado é a vontade do gestor e seus subordinados hierarquicamente.
- seria de grande valia caso fosse utilizado.

5- Você age eticamente pautado no código de ética?

- Não, apesar de ser algo que gostaria de fazer.
- Sim, mas existem momentos que é preciso agir contrariamente, uma vez que trabalho com o interesse coletivo e é impossível agradar a todos.
- Sim, uma vez que entendo que a ética é indispensável no serviço público e na vida em coletividade.
- Não, pois, o código de ética não condiz com nossa realidade, não tendo aplicabilidade.

6- Com relação a gestão das decisões a serem tomadas você:

- prioriza por centralizar as decisões e delimitar a participação dos diferentes atores envolvidos, uma vez que dificulta o processo decisório, ou seja, dificulta chegar a um consenso comum.
- priorizam por descentralizar as decisões e promovem a participação dos diferentes atores envolvidos
- priorizam a participação mas, a decisão final é tomada pelo secretário (a) de educação e sua equipe.
- as decisões são tomadas pela equipe, uma vez que possuem formação técnica e profissional.

7- No tocante a participação das decisões a serem tomadas você:

prefere não participar, pois, confia nas pessoas que trabalha e você sabe que vão decidir o melhor.

prefere não participar, para não recair sobre você as consequências caso não dê certo.

prefere participar do processo decisório, haja vista que acredita que as decisões devem ser tomadas na coletividade.

participa por fazer parte das funções profissionais, caso contrário não participaria.

8- Você prioriza no exercício profissional atender:

os interesses coletivos.

sua realização profissional e de carreira.

reconhecimento pessoal pelos trabalhos prestados.

interesse coletivo, desde que não venham de encontro com os meus interesses pessoais.

9- No exercício profissional você:

se limita as funções de sua competência e procura não se envolver nos problemas de interesse coletivo, pois, acredita que seus interesses pessoais e profissionais não podem convergir ou se misturar com os interesses coletivos.

não se limita as funções profissionais, mas entende que é parte integrante da coletividade.

se limita as funções profissionais, uma vez que não é remunerado para se preocupar com os interesses coletivos.

executa exclusivamente o que é de sua competência , pois, já esta de bom tamanho.

10- no tocante a liberdade das decisões e ações executadas você:

tem total liberdade de se posicionar, ser visto e ouvido sem nenhuma interferência.

não se posiciona como gostaria, uma vez que possui superiores e precisa concordar e acatar as orientações.

se posiciona desde que o posicionamento não seja contrario aos superiores (hierarquia).

se posiciona desde que seja requisitado.